



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Antirracismo e Serviço Social

PROTAGONISMO NEGRO DE MARIA DE LOURDES NASCIMENTO E SEBASTIÃO RODRIGUES ALVES: Serviço Social anos 1940-1950

ANDRÉA PIRES ROCHA ¹
JORGE WILLIAN DA SILVA SANTOS ¹

RESUMO

O artigo traz alguns resultados do Trabalho de Conclusão de Curso “O protagonismo negro na história do Brasil: visibilidade aos assistentes sociais Sebastião Rodrigues Alves e Maria De Lourdes Vale Nascimento”. São apresentados elementos das vidas pessoais, militância e exercício profissional desses assistentes sociais que protagonizaram a constituição do movimento negro brasileiro entre 1940-1950 e pautavam a importância de se considerar as relações étnico-raciais durante o exercício profissional. A metodologia se assentou na revisão bibliográfica e na pesquisa documental. Objetiva-se dar visibilidade a esses protagonistas. Reforça-se a importância da pesquisa enquanto instrumento ao engajamento para a pauta antirracista.

Palavras-chave: antirracismo; fundamentos do Serviço Social; protagonismo negro; visibilidade.

ABSTRACT

The paper brings some results of the Course Completion Work “Black protagonism in the history of Brazil: visibility to social workers Sebastião Rodrigues Alves and Maria De Lourdes Vale Nascimento”. Elements of the personal lives, militancy and

1 Profissional de Serviço Social. Universidade Estadual De Londrina

professional practice of these social workers are presented, who were the protagonists of the constitution of the Brazilian black movement between 1940-1950 and guided the importance of considering ethnic-racial relations during professional practice. The methodology was based on bibliographic review and documental research. The objective is to give visibility to these protagonists. The importance of research is reinforced as an instrument of engagement for the anti-racist agenda.

Keywords: anti-racism; fundamentals of Social Work; black protagonism; visibility.

1. INTRODUÇÃO

*Crescer na esperança do aquém e do além
Do continente e da pele de alguém
Lutar é crescer no além e no aquém
Afirmando a liberdade da raça amém.*

(Abdias do Nascimento)

Comemoramos o avanço dos debates acerca do protagonismo negro e da luta antirracista no Serviço Social brasileiro. Contudo, observamos que a utilização de autoras e autores negros ou a menção a esse protagonismo durante o processo formativo ainda permanece no campo da invisibilidade. Foi essa constatação que motivou o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “O protagonismo negro na história do Brasil: visibilidade aos assistentes sociais Sebastião Rodrigues Alves e Maria De Lourdes Vale Nascimento”. O objetivo geral desse TCC foi o de apresentar as vidas pessoais, a militância, a formação e o exercício do Serviço Social desses protagonistas tão pouco visibilizados na história da profissão. Esses assistentes sociais foram protagonistas na constituição do movimento negro brasileiro nas décadas de 1940 e 1950 e já pautavam as relações étnico-raciais no exercício do Serviço Social.

A metodologia da pesquisa se assentou em revisão bibliográfica que visou conceituar o racismo estrutural (ALMEIDA, 2019) como um dos determinantes das relações sociais brasileiras. Também objetivou apresentar o histórico da luta e da resistência da população afro-brasileira e levantar o histórico do movimento negro brasileiro, debate que tivemos, como principal referência, o livro “Lugar de Negro”, de Lélia Gonzales e Carlos Hansenbalg, publicado em 1983. Para o alcance do objetivo geral, apoiamos-nos em pesquisas já desenvolvidas e realizamos pesquisa documental (GIL, 2008) em fontes primárias: textos de Maria de Lourdes do Nascimento publicados no jornal “Quilombo” (1948 a 1950) e o livro “A ecologia do grupo afro-brasileiro”, de Sebastião Rodrigues Alves, publicado em 1966.

Nesse sentido, este artigo aborda os elementos da pesquisa desenvolvida por um estudante da graduação no Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, somadas

as reflexões que a orientadora já vinha desenvolvendo² ao analisar os textos de Maria de Lourdes Nascimento publicados na coluna “Fala Mulher”, do jornal “Quilombo”, e o livro “A ecologia do grupo afro-brasileiro”, de Sebastião Rodrigues Alves.

Serão expostas algumas nuances que explicitam a história que é pouco contada, considerando que, mesmo com informações breves, é possível impulsionar o desenvolvimento de pesquisas mais aprofundadas sobre esses estudiosos ou outras/outras protagonistas negras no Serviço Social. Isso reforça a importância da pesquisa enquanto estratégia e instrumento para o engajamento da luta antirracista.

2. PROTAGONISTAS NEGRAS E NEGROS NO SERVIÇO SOCIAL

As particularidades da luta de classes brasileira apenas podem ser entendidas quando regressamos historicamente e compreendemos o lugar da escravidão em nossa sociabilidade, assim como o contraponto construído pela resistência negra, elementos analisados pelas lentes da categoria “quilombagem”, construída por Clóvis Moura (2018). Nesse sentido, é essencial a compreensão das relações étnico-raciais como elementos que estruturam o mercantilismo colonialista e escravocrata, e persistem na lógica moderna, ao subsidiarem a consolidação do modo de produção capitalista. Assim, conseguiremos entender que o racismo não é uma expressão da questão social, mas um elemento estrutural e estruturante da sociabilidade burguesa. Portanto, determina as relações sociais brasileiras (ALMEIDA, 2019; GONÇALVES, 2018; ROCHA, 2021a; 2021b).

Resistência negra é um processo em contínua construção e que ocorre desde o sequestro e a diáspora forçada a que as pessoas negras do continente africano foram submetidas. Trata-se de uma resistência que se materializou por meio de estratégias que permitiram que essas pessoas, mesmo expropriadas de seus corpos e colocadas na condição de mercadorias, pudessem preservar a própria existência e os laços com sua cultura e ancestralidade. Ela também se mostrou na luta pela liberdade e construção de novas sociabilidades em comunidades quilombolas e insurreições urbanas, as quais causaram fissuras na sociedade colonial. Depois, materializa-se na luta abolicionista e por igualdade nos pós-abolição (MOURA, 2019; NASCIMENTO, 2016). Ser pessoa negra no Brasil é resistir todos os dias. É sobreviver a morte morrida e a morte matada, parafraseando João Cabral de Melo Neto, ao se referir ao duro cotidiano do camponês no Nordeste brasileiro na obra “Morte e vida severina”.

A negligência mediante essa forma de entender as relações étnico-raciais, somada a influência do mito da democracia racial, que também interfere no pensamento crítico, fez com que protagonistas negras e negros fossem invisibilizados. Essas percepções nos incentivaram a buscar intelectuais negras e negros na produção de conhecimento no Serviço Social. As autoras Magali da Silva Almeida, Roseli da Fonseca Rocha e Suelma Inês de Deus Branco (2019) trazem grandes contribuições relativas à trajetória de profissionais negras e negros pouco visibilizadas na história do Serviço Social.

As estudiosas explicam que a fundação do Movimento Negro Unificado, em 1978, fomentou o debate sobre a farsa da democracia racial e profissionais do Serviço Social se engajaram no movimento. Apontam, ainda, que:

A presença das(os) assistentes sociais negras(os) dessa geração com atuação na

2 Pesquisa vinculada ao projeto de pesquisa denominado “Sistemas de Proteção dos Direitos Humanos e Sociais voltados à infância e juventude em Angola, Brasil, Moçambique e Portugal”, vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

década de 1980 deram significativa contribuição ao processo de redemocratização nos sindicatos, nos movimentos sociais, nos partidos políticos progressistas e na renovação da profissão. Nos espaços sócio-ocupacionais por onde passaram, o ativismo desses assistentes sociais deixou registro da necessidade de enfrentamento da violência racial e sexista. Suas proposições de enfrentamento às discriminações de gênero e raça produziram fissuras que desestabilizaram a pretensa “ordem social” (des)organizada pelo racismo (ALMEIDA; ROCHA; BRANCO, 2019, p. 170).

Almeida, Rocha e Branco (2019) também destacam a forte presença de mulheres negras na organização da “Marcha contra a Farsa da Abolição”, ocorrida em 1988, e da “Marcha Zumbi dos Palmares, contra o racismo, pela cidadania e pela vida”, de 1995. Na construção das políticas públicas, as estudiosas enfatizam a importância de Maria Inês Barbosa e Edna Muniz como intelectuais negras que colaboraram para a construção da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Também expõem nomes de protagonistas importantes da década de 1990, especificamente no contexto do governo de Fernando Henrique Cardoso. Assim, um:

[...] grupo de assistentes sociais negras ocupam a cena pública, dando o tom antirracista nas entidades da categoria, assim como na produção intelectual: Matilde Ribeiro, Elisabete Aparecida Pinto, Suelma Inês Alves de Deus, Maria José Pereira, Magali da Silva Almeida e Fátima Cristina Rangel Sant’Anna e, no fim da década de 1990, Roseli Rocha, Maria Isabel Assis (Mabel), dentre outras (ALMEIDA; ROCHA; BRANCO, 2019, p. 172).

Além do mais, Almeida, Rocha e Branco (2019) relatam que, após a III Conferência Mundial contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em 2001, em Durban, na África do Sul, abriu-se um novo horizonte no Serviço Social. Isso levou a elaboração da primeira campanha de combate ao racismo organizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em 2003. Esse contexto estimula a organização de uma nova geração de intelectuais negras e negros no Serviço Social, os quais têm ganhado visibilidade ao longo dos anos e tensionam a pauta antirracista.

Foi a partir da provocação e da produção do conhecimento desses profissionais que o CFESS lançou, em 2016, a série de cadernos “Assistente Social no Combate ao Preconceito”, culminando na publicação de sete cadernos, cada um com uma temática, à exemplo do preconceito, o racismo e a transfobia, entre outros, os quais foram muito importantes para o avanço da categoria no debate sobre a temática. Outro elemento que vai ao encontro e é destaque para Almeida, Branco e Rocha (2019) é a Campanha do Conjunto CFESS/CRESS, feita de 2017, que teve, como mote, “se cortam direitos, quem é preta e pobre sente primeiro. A gente enfrenta o racismo no cotidiano” (CFESS, 2019, on-line). Foi a partir desses impulsos que optamos por regredir um pouco na história do Serviço Social brasileiro, a fim de identificar, referenciar, ouvir a voz e contar um pouco mais as histórias de outros protagonistas negros. Assim, chegamos até Maria de Lourdes Vale Nascimento e Sebastião Rodrigues Alves, assistentes sociais atuantes nas décadas de 1940 e 1950 que deixaram materiais escritos e tiveram uma participação ativa na organização do movimento negro brasileiro.



Figura 1 - Maria de Lourdes Vale Nascimento
Fonte: Jornal Quilombo.



Figura 2 - Sebastião Rodrigues Alves
Fonte: Geledés (ON-LINE).

Esses são protagonistas que sempre tencionaram por políticas e pela garantia de direitos à população negra, que, em sua maioria, foi colocada à margem da margem, em situação de vulnerabilidade social, econômica, cultural e psicológica. Todavia, os trabalhos desses profissionais seguem invisibilizados na formação em Serviço Social. Por isso, esperamos valorizar os históricos pessoais e profissionais desses protagonistas, com a finalidade de destacar as vivências, os trabalhos desenvolvidos e a participação na constituição do movimento negro brasileiro, dialogando junto ao trabalho da(o) assistente social em uma perspectiva antirracista.

3. MARIA DE LOURDES VALE NASCIMENTO

[...] a mulher negra está abrindo os olhos. Durante a escravidão e mesmo agora na República, ela existiu passiva, amamentando “sinhozinhos” e aos filhos do “seu dotô”. [...]. Felizmente esse tempo está passando. Empregada doméstica, funcionária pública, comerciária, industriária, médica, advogada ou mães de família, a mulher negra está aprendendo a andar de cabeça erguida a impor sua personalidade.

(Maria de Lourdes Vale Nascimento)

É uma síntese sobre o feminismo negro brasileiro que a epígrafe acima apresenta. Trata-se de um feminismo que envolve as questões racial, de gênero, de classe e territorial, compreendidas em um contexto em que os conceitos ainda não eram construídos como são

atualmente. Essas são as características da militância antirracista empreendida pela assistente social Maria de Lourdes Vale Nascimento entre as décadas de 1940 e 1950. Encontramos informações a respeito de sua vida na pesquisa realizada por Giovana Xavier (2020), publicada no livro “Maria de Lourdes Vale Nascimento: uma intelectual negra pós-abolição”. A obra destaca a vida, a atuação e o ativismo, relatando que Maria de Lourdes nasceu em Franca, São Paulo, no dia 2 de setembro de 1924, filha de dona Dulcineia Nascimento do Vale, dona de casa e quituteira, e de Laureano Antônio do Vale, um militar. O falecimento ocorreu em 23 de maio de 1995, no município de Franco da Rocha.

Segundo Xavier (2020, p. 33), o fato de as mulheres negras terem estudado em um contexto permeado pelas dificuldades impostas pelo racismo estrutural decorre, muitas vezes, dos “sentidos de cidadania e brasilidade ligados a uma espécie de ‘racialização’ afirmativa”. Maria de Lourdes estudou música na juventude, o que a levou a desenvolver um apreço pela literatura, disponibilizando-a um caminho em busca dos estudos, diferentemente da realidade dos familiares da estudiosa. O fato de seguir o letramento a tornou fonte de inspiração para aqueles que a cercavam. Outras mulheres de seu tempo buscaram na educação a criação de estratégias para construir um ativismo intelectual. Maria de Lourdes desenvolveu curso de Contabilidade em Franca e, posteriormente, fez Serviço Social. Também atuou como jornalista e professora (XAVIER, 2020).

Xavier (2020) informa que Maria de Lourdes Vale Nascimento foi esposa de Abdias do Nascimento nos anos de 1940 e, que segundo relatos, ela era prima dele. Em síntese, a pesquisadora afirma que:

O estudo da música, as relações familiares estabelecidas, o casamento. A aposta no seu papel de educadora, o cuidado com as crianças, a migração para o Rio de Janeiro. Cidade escolhida para, ao lado de Abdias do Nascimento, fundar o Teatro Experimental do Negro (1944) e se afirmar como uma intelectual reconhecida dentro da organização como liderança feminina (XAVIER, 2020, p. 25).

É importante informarmos que em 1944, Abdias do Nascimento esteve à frente da fundação do Teatro Experimental do Negro (TEN), que nasce com uma perspectiva voltada à inclusão de negros e negras. Pretendia-se, desse modo, explicitar e dar acesso a essas pessoas excluídas da arte elitizada (NASCIMENTO, 2019). Dentre os protagonistas que estiveram nessa construção coletiva, encontram-se Sebastião Rodrigues Alves e Maria de Lourdes Nascimento.

Destacamos, portanto, que todas as atividades que a assistente social desenvolvia estavam relacionadas à vida como ativista da luta antirracista, mais especificamente, aos direitos das mulheres negras e empregadas domésticas da época. Oriunda da classe trabalhadora, observava e relacionava a própria realidade de vida à realidade profissional na busca de uma construção identitária da mulher negra enquanto parte da estrutura social do Brasil.

As lutas em busca da emancipação da mulher negra fizeram parte do cotidiano de Nascimento, tornando-a uma grande referência. A trajetória é de extrema importância para a história do Brasil e para o Serviço Social. A inteligência e o olhar atento à realidade dos seus, naquele período, faz-se complemento aos espaços de ativismo e ao trabalho, como o de assistente social. Entretanto, informações relativas à onde e quando cursou Serviço Social permanecem em suspenso. Tampouco Xavier (2020), a biógrafa de Maria de Lourdes Nascimento, teve esse acesso. A pesquisadora informa que, durante a atuação profissional como assistente social, Maria de atuou no Serviço de Assistência Social da Guanabara enquanto defensora da “infância negra” (XAVIER, 2020).

Como assistente social, desenvolveu ações no TEN, defendendo a importância desses espaços no combate às desvantagens sociais, culturais e econômicas de

inferiorização da mulher negra. Além disso, empreendeu ações educativas por meio da imprensa, como colunista e jornalista, sendo uma das primeiras mulheres negras a estar presente na imprensa do Rio de Janeiro. Em 1948, se engajou como articulista do jornal “Quilombo”, no qual assinava a coluna “Fala Mulher”, que tinha, como proposta, tornar público o debate e a conscientização das desigualdades raciais e de gênero naquele período.

No acervo virtual do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO), encontram-se todas as edições do referido jornal, fonte indispensável para o levantamento dos textos. O jornal teve dez edições, que foram de dezembro de 1948 até maio de 1950. Maria de Lourdes Nascimento estava presente em todas. A coluna “Fala Mulher” trazia, transversalmente, a defesa da infância e da mulher negra. Ela estimulava o empoderamento e o posicionamento político dessas mulheres. Os textos partiam da realidade vivenciada pela população negra, visto que, além dela mesma fazer parte, também vivenciava no cotidiano do exercício do Serviço Social. Em todos os momentos, denuncia a realidade da mulher negra, colocada sempre em lugar de submissão e desamparada, encontrando-se, muitas vezes, desempregada, com filhos e sem apoio do progenitor, por exemplo.

Na primeira edição, Maria de Lourdes apresenta o objetivo da coluna e convida a participação de todas, ao afirmar: “solicito a minhas amigas que me escrevam. Sem se importarem com erros de gramática, que isto aqui não é Academia de Letras, e sim uma tribuna democrática para discussão de idéias e problemas nossos” (NASCIMENTO, 1948, p. 8). A participação política aparece de forma direta na edição de número seis, com o texto intitulado “Nosso dever cívico”. Nele, enfatiza o direito de votar e ser votada. Aborda, na edição quatro, a participação no Congresso Nacional de Mulheres, ao defender a pauta dos direitos trabalhistas às empregadas domésticas.

Vale destacar que a infância negra aparece de forma direta nas duas primeiras edições. Os textos intitulados “Crianças racistas” e “Infância agonizante” são exemplos de uma concepção muito crítica acerca da realidade das crianças negras e da necessidade de se efetivar direitos. À frente do próprio tempo, observava a necessidade de fundar o Conselho Nacional de Mulheres Negras, tema abordado na edição 7-8. Na edição nove, festeja a implantação do Conselho, que foi uma conquista fundamental como espaço político alçado pelo movimento negro.

Os debates também consideram as particularidades vivenciadas em territórios de vulnerabilidade. Neles, além da fome e da miséria, eram construídas estratégias de resistência por meio da união e da cultura negra, a exemplo do texto “Morro e favela”, da edição número três. O texto “A Fundação Leão XIII e as favelas” é o que mais exhibe elementos acerca do exercício profissional. Informa que colaborou como visitadora e assistente social, o que permitiu que conhecesse as atividades e o compromisso da instituição com os moradores de morros e favelas, os quais eram negros, em sua maioria. Reforça que as ações de busca de documentação eram muito importantes, mais ainda, atividades de alfabetização.

Eram várias as frentes de reflexões empreendidas no jornal e as ações feitas em prol de uma *práxis* antirracista e a favor da classe trabalhadora. No tocante, é visível o compromisso que Maria Nascimento tem com a população negra, não se limitando a isso, mas fornecendo prioridade às pautas das mulheres negras naquele momento. A denúncia profunda e crítica representam uma realidade ativa da luta das mulheres negras por interação social e inserção na sociedade, o que se tornou uma das pautas do I Congresso Negro Brasileiro, realizado entre 29 de agosto e 4 de setembro de 1950.

A partir da pesquisa realizada e mediante os estudos feitos por Xavier (2020), podemos afirmar que a potente luta de Maria Nascimento se materializa em ações que denunciam a realidade da população negra brasileira, destacando, a partir do ativismo da

assistente social, as opressões presentes no território brasileiro. Sua história é espelho para as mulheres negras do Rio de Janeiro e do Brasil, sempre projetando um futuro melhor para a população negra, ao fomentar debates, palestras, reflexões e posicionamentos da mulher negra perante a sociedade.

A ativista e a perspectiva dela de organizar parte do movimento negro com um olhar voltado às mulheres negras integra o trabalho e a afirmação dos impactos sofridos pelo genocídio da comunidade negra. Ao ter, como eixo para a reflexão, o status do negro no Brasil, Marial de Lourdes defende, como estratégias, a educação, a família, o trabalho e os movimentos sociais, questões de gênero, raça e classe com base no ponto de vista da mulher negra pós-abolição, a fim de articular, fortalecer e demarcar o direito das mulheres naquele período e da população negra como um todo.

4. SEBASTIÃO RODRIGUES ALVES

[...] é de bom alvitre não darmos normas para a atuação do Assistente Social, pois antes destas regras devemos cuidar de esclarecê-lo, no que diz respeito à situação do homem de cor, nas relações com os outros membros componentes da comunidade nacional. Tal esclarecimento está no que tange os conhecimentos de uma cadeira entrosada nos bioantropossociológica, imprescindível, que proporcionaria um acervo de saber ao Assistente Social, que iria transmitir à massa através de uma metodização, em que participaria, negros e brancos de todas as categorias e profissionais, numa simbiose de sentimentos, que seria um amplexo de fraternidade nacional, tudo isso supervisionado e coordenado pelo Assistente Social.

(Sebastião Rodrigues Alves)

Grande responsabilidade é essa apresentada na epígrafe desta seção, pois a tarefa incentivada por Sebastião Rodrigues Alves não envolve somente o compromisso dos assistentes sociais na luta antirracista, mas sustenta que esses profissionais deveriam estar à frente dos processos formativos voltados à “massa”. É sobre esse protagonista que nos debruçaremos. No entanto, ressaltamos que as fontes documentais que relatam a vida, a idade, o nascimento e a morte de Sebastião Rodrigues Alves ou Rodrigues Alves, como gostava de ser chamado, são quase inexistentes. Por isso, tivemos, como fonte, a seção “Personalidades” do IPEAFRO. Em consonância com as informações obtidas, Rodrigues Alves nasceu na cidade de Guaçuru, no Espírito Santo (ano não informado), e ficou órfão da mãe aos sete anos de idade. Isso fez com que iniciasse o trabalho junto ao pai nas terras da família.

Durante a juventude, foi soldado no Corpo de Bombeiros. Depois, optou por seguir carreira militar, tornando-se cabo do Exército do estado do Espírito Santo. Nesse contexto, Alves conhece aquele que será amigo de longa jornada: o jovem Abdias do Nascimento. Segundo o IPEAFRO ([2022], on-line):

Rodrigues Alves e Abdias Nascimento eram cabos do Exército (este lotado no

quartel de Quitaúna, São Paulo) na época da Revolução Constitucionalista de São Paulo de 1932. Eles chegaram a participar de combates no mesmo campo de batalha, sem se conhecerem ainda. Com a vitória das forças federais, a unidade de Rodrigues Alves se mudou para São Paulo, onde o Tenente Theodomiro, amigo de Rodrigues Alves, morava na pensão da Dona Fortunata. Abdias Nascimento, então escriturário do Exército, morava fora do quartel nessa mesma pensão. Rodrigues Alves e Abdias Nascimento iniciaram ali uma amizade cimentada e aprofundada ao longo de suas vidas.

No auge da juventude, Sebastião Alves e Abdias do Nascimento denunciavam o racismo e o preconceito racial. Ambos estavam sempre dispostos a brigar e a quebrar o espaço que estivessem, caso fosse necessário, para expor as atitudes racistas e estereotipadas. Dentre as situações de desentendimentos pela cidade, uma das brigas da dupla foi presenciada por um dos chefes do exército, o que fez com que perdessem a carreira militar. Sem terem onde morar, Rodrigues Alves e Abdias do Nascimento permaneceram em situação de rua durante um tempo, obrigando-os a criar estratégias de sobrevivência. No início da década de 1940, Alves vai para o Convento dos Frades Franciscanos, no estado de Santa Catarina. Entretanto, por ser negro, não poderia ser ordenado a padre, o que o levou a voltar ao Rio de Janeiro, onde reencontra Abdias do Nascimento.

Como já informado, em 1944 ocorre a fundação do Teatro Experimental do Negro (TEN), na qual participa Sebastião Rodrigues Alves. Além disso, em parceria com outros protagonistas, fundaram o Comitê Democrático Afro-Brasileiro em 1945 e o Diretório Negro Petebista em 1946³. Os componentes publicizaram uma declaração de princípios que demonstrava o projeto político e direcionava as reivindicações. As pautas que vinculavam a luta classista à questão étnico-racial. Dentre a amplitude das reivindicações, destacamos o voto direto e universal, a anistia de presos políticos e o rompimento com o mito da democracia racial. Naquela época, os ativistas já se posicionavam contra o avanço do fascismo e reconheciam as repúblicas soviéticas, a liberdade sindical e de greve, a sindicalização das empregadas domésticas, o respeito à cultura afro-brasileira, a defesa da educação pública e de qualidade e outros aspectos muito importantes e concretos para a vida da população negra brasileira e da classe trabalhadora como um todo.

É perceptível um envolvimento de Alves com a causas sociais, o que o levou a cursar graduação em Serviço Social no Rio de Janeiro (ano e escola desconhecidos). No entanto, supomos que, em 1949, ele já era assistente social ou estava prestes a se formar, pois, segundo Nascimento (2004), naquele ano, o TEN promoveu a Conferência Nacional do Negro. Durante a ocasião, o protagonista apresentou o trabalho “Questão negra face à assistência social” (NASCIMENTO, 1968).

Camila Manduca Ferreira (2010, p. 139-140), ao estudar “O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936-1947)”, explica que:

3 É válido informar que há algumas controvérsias em relação à opção política de Sebastião Rodrigues Alves, as quais o vinculam ao movimento integralista em meados da década de 1940. Gregório (2005) explica que, em 1944, Alves denunciou para a polícia o Centro de Cultura Afro-Brasileiro de São Paulo. Isso fez com que a organização, protagonizada por Solano Lopes, caísse na “teia da polícia política recebendo um investigador do DOPS, que se infiltrou na instituição, se fazendo passar por militante, inclusive participando da elaboração do seu estatuto. O Centro foi submetido a uma rígida vigilância, com uma série de relatórios sobre as suas atividades e sobre o cotidiano de seus integrantes. A denúncia contra o Centro de Cultura Afro-brasileiro partiria, curiosamente de um de seus membros, Sebastião Rodrigues Alves. Na motivação da denúncia, estaria o desejo que o Centro de Cultura recebesse orientação integralista, e a crítica que o seu espaço era utilizado politicamente por elementos considerados subversivos e ligados ao PCB. Deste conflito, resultou a criação de uma segunda instituição, no Rio de Janeiro, o Círculo Afro-brasileiro, dirigido pelo próprio Sebastião Rodrigues Alves” (GREGÓRIO, 2005, p. 52-53). Acreditamos que esse tema possa ser fruto de pesquisas posteriores.

Se somarmos a pouca probabilidade de os negros ascenderem pelos canais educacionais às exigências francamente elitistas das escolas pioneiras de Serviço Social com diretriz confessional – as hegemônicas – torna-se ainda mais clara a configuração sócio-racial da profissão: novamente “quase que exclusivamente branca, senhorial e católica” (LONDRES, 2001, p. 100). De certo essas considerações acerca da composição étnica da categoria profissional na gênese do Serviço Social são apenas indicativas de tal composição e de caráter especulativo e introdutório, requerendo aprofundamento e pesquisa que não podem ser levados a cabo neste estudo. Um caso único foi o de Sebastião Rodrigues Alves (1966), que militou no Teatro Experimental do Negro e participou do I Congresso do Negro Brasileiro em 1950. Trata-se um assistente social que se debruçou inteiramente sobre a temática da questão racial.

Segundo informações do IPEAFRO ([2022]), Alves seguiu fortalecendo o movimento de luta da profissão e dos profissionais. Com a finalidade de organizar a categoria profissional, colaborou na fundação do Sindicato dos Assistentes Sociais. É importante mencionar que, ao se dedicar à valorização do negro, Alves:

[...] investigou as condições da população menos favorecida nas suas frequentes visitas aos morros cariocas. Pesquisador incansável dos assuntos afro-brasileiros, ele apresentou trabalhos em vários congressos e convenções; ele publicou os livros *Ecologia do grupo afro-brasileiro* (1966), *Sincretismo Religioso* (1966) e *Canto à amada* (1972) (IPEAFRO, [2022], on-line).

Rodrigues Alves publicizou os resultados do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no livro “*Ecologia do Grupo Afro-brasileiro*”, publicado em 1966, no qual apresenta reflexões acerca das relações étnico-raciais e a realidade da população negra no Brasil junto ao trabalho do assistente social. Ferreira (2010), ao analisar a obra, afirma que o fato de o autor trazer para o terreno do Serviço Social problematizações referentes às relações étnico-raciais pode ser entendido como um ineditismo na produção de conhecimento no Serviço Social.

Tivemos acesso ao exemplar original do livro, o qual colocamos em condição de fonte primária para as análises da pesquisa que desenvolvemos. No primeiro capítulo, o autor desenvolve reflexões sobre as teorias raciais que cimentaram o racismo, com base, sobretudo, em Gobineau⁴. No segundo, discute os Direitos Humanos a partir da compreensão liberal. Assim, argumenta que, se todos são iguais, esses direitos devem abranger as “pessoas de cor”. Na sequência, exhibe os dados de uma pesquisa que realizou em 1946, em que entrevista escritores, estudiosos e artistas, a fim de explicitar o racismo vivenciado por eles. É nesse capítulo que Alves insere o Serviço Social no debate em uma perspectiva mais geral.

Há reflexões que se particularizam no terceiro capítulo. Alves (1966) traça, primeiramente, reflexões sobre o método de abordagem, considerando uma teorização que mescla o neotomismo com o estrutural-funcionalismo⁵. Aponta as competências do

4 Quando analisa os pensadores brasileiros, Alves (1966) tece críticas contundentes a Oliveira Viana e elogios a Rui Barbosa, Arthur Ramos e Gilberto Freyre. O estudioso os considerava pensadores que valorizavam a presença negra no Brasil, o que merece uma análise mais aprofundada. No entanto, o limite de páginas para o artigo não permite.

5 Característica da produção de conhecimento no Serviço Social daquele período (YAZBEK, 2019), o autor busca afirmar que o assistente social trabalha na perspectiva dos direitos. Assim, defende que todo humano tem direitos, posicionando-se contrário a qualquer forma de segregação, ao mesmo tempo em que atua a partir da leitura de problemas a serem resolvidos, os quais, muitas vezes, voltam-se à responsabilização individual.

assistente social junto ao “caso” ou à solução dos problemas da população afro-brasileira e os problemas sociais do momento (ALVES, 1966). Também transpõe, ao trabalho do profissional, um ideário democrático, ao defender que o profissional deveria buscar o bem comum a toda a população, de forma que favoreça a todos sem distinção de classe, raça, gênero ou crença religiosa.

Como criatura de Deus, substância individual completa, composta de natureza intelectual e senhor de suas ações, autônomo no sentido lato do vocábulo, é a base e o fundamento da sociedade, e, destarte, tem direito ao respeito e à proteção do Serviço Social. É por essa razão que este tem por fim demonstrar que em nossa pátria, o Serviço Social além de sua finalidade específica, terá de lutar para vencer a barreira existente contra o grupo Afro (ALVES, 1966, p. 56).

É perceptível que, mesmo apresentando uma visão conservadora, o autor elenca o antirracismo de forma prioritária para a “finalidade” do Serviço Social, ao tecer críticas à atuação desses profissionais naquele período. Além disso, exhibe uma reflexão sobre o compromisso e o comprometimento do assistente social com a população negra, ao destacar aspectos para o atendimento individual e em grupo, e apresentar limites e possibilidades de atuação em uma perspectiva antirracista da época.

Na conclusão do trabalho, Alves (1966, p. 104) traz sugestões para ações contra o racismo:

- 1º) Que o “caso” “afro-brasileiro” é uma questão de reeducação;
- 2º) Reeducar o branco para receber o negro sem preconceito, sem restrições;
- 3º) Reeducar o negro para intrometer-se na sociedade, sem o complexo de inferioridade;
- 4º) O complexo de inferioridade do negro é um reflexo do preconceito de cor;
- 5º) Deverá ser criada uma cadeira nos Cursos de Assistente Sociais, com os conhecimentos de bioantroposociologia para completa elucidação do problema negro-brasileiro.

É interessante observar a pertinência das reflexões de Rodrigues Alves, especialmente por se tratar de ponderações publicadas na década de 1960, mas que foram germinadas em meados da década de 1940. Em primeiro lugar, o autor enfatiza que os avanços rumo à superação do racismo se dão na esfera da reeducação, que deve ser direcionada ao todo. O segundo elemento defende a reeducação das pessoas brancas, visando ao fim do racismo, considerando a superação do preconceito, dos estereótipos e das restrições. O terceiro ponto diz respeito ao empoderamento das pessoas negras, estimulando-as a participação sociopolítica em todos os espaços da sociedade, sem serem entendidas como inferiores, mas enquanto sujeitos negros com uma cultura gloriosa.

No quarto aspecto, Alves (1966) reafirma que o complexo do negro como “inferior” decorre do próprio racismo, que tende a diminuir, inferiorizar e negligenciar a realidade da população negra. Isso faz com que as pessoas negras carreguem consigo o complexo de inferiorização em vários os momentos da vida. O quinto item, talvez, o mais importante para o Serviço Social atualmente, refere-se à introdução dos conhecimentos relativos às relações étnico-raciais no processo formativo em Serviço Social, o que pode proporcionar uma melhor compreensão acerca da realidade da população negra. Os cinco pontos expostos enquanto “solução ao problema afro-brasileiro” são relevantes para a atualidade, se analisados a partir dos avanços teóricos que temos.

5. NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE: PRECISAMOS CONTINUAR SEGUINDO!

A luta antirracista é potencializada quando o protagonismo negro é ressaltado e demonstrado que a população negra tem lutado por liberdade, direitos humanos e garantia de políticas sociais há muito tempo. No caso dos protagonistas abordados neste artigo, é essencial observarmos que, mesmo sendo fundamentais ao movimento negro brasileiro, no Serviço Social, ainda são pouco estudados. Por outro lado, acreditamos que pesquisas, como a desenvolvida, podem estimular a busca por mais conhecimentos e a construção de outros olhares acerca da própria profissão.

Destacamos a atualidade das reflexões empreendidas pelos protagonistas negros expressos neste artigo. Nos textos da coluna “Fala Mulher”, Maria de Lourdes Nascimento empreendia problematizações assentadas em uma visão que intersecciona a questão racial com as questões de gênero e de classe. Maria de Lourdes Vale Nascimento foi uma voz do feminismo negro brasileiro dentro do Serviço Social. Por isso, acreditamos que fornecer visibilidade a essa potente mulher e divulgar os textos dela pode colaborar muito na construção da agenda antirracista da categoria profissional. Além disso, inspira profissionais rumo a um exercício profissional comprometido com ações antirracistas, as quais estão em total consonância com o Projeto Ético Político Profissional.

Em relação à Sebastião Rodrigues Alves, reforçamos a importância do debate teórico acerca do racismo e dos temas que o envolvem em uma perspectiva analítica que possa somar rumo ao rompimento com o mito da democracia racial e a valorização do aprofundamento histórico sobre as relações étnico-raciais que constituem a formação do Brasil. Além disso, observamos que a defesa do protagonista em relação à essencialidade do debate que elucide o “problema negro-brasileiro” nos processos formativos em Serviço Social é essencial para que possamos colaborar na formação de assistentes sociais comprometidos com o antirracismo.

Por fim, ressaltamos que o conhecimento acerca desses protagonistas, ou seja, pessoas negras que sobreviveram ao racismo, tornaram-se referências para o movimento negro brasileiro e traziam essas problematizações para a profissão, também interfere no fortalecimento da identidade das(os) estudantes e profissionais, especialmente, negras e negros. Saber que profissionais negros também compuseram a gênese do Serviço Social entre 1940 e 1950, de forma crítica e comprometida com a construção de ações frente ao racismo estrutural, fortalece os laços de identidade e promove o orgulho em relação às importantes marcas que esses protagonistas deixaram na profissão. Nossos passos vêm de longe, portanto, precisamos continuar seguindo!

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Magali da Silva; ROCHA, Roseli da Fonseca; BRANCO, Suelma Inês de Deus. Assistentes Sociais negras na construção da “virada” do Serviço Social brasileiro. *In*: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org.). **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje**: reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019. p. 169-181.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

ALVES, Sebastião Rodrigues. **A ecologia do grupo afro-brasileiro**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1966.

CFESS. 15 de maio é o Dia do/a Assistente Social! **CFESS**, 14 maio 2019. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1572>. Acesso em: 23 ago. 2022.

FERREIRA, Camila Manduca. **O negro na gênese do Serviço Social** (Brasil, 1936 – 1947). 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.
GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Katálisis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, 2018.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1982. v. 3.

GREGÓRIO, Maria do Carmo. **Solano Trindade**: raça e classe, poesia e teatro na trajetória de um afro-brasileiro (1930-1960). 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

IPEAFRO. Personalidades. **IPEAFRO**, [2022]. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/personalidades/sebastiao-rodrigues-alves/>. Acesso em: 23 ago. 2022.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. **O negro revoltado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1968.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. São Paulo: Perspectiva; Rio de Janeiro: IPEAFRO, 2019.

NASCIMENTO, M. Crianças racistas. **Quilombo**, ano 1, n. 1, 1948. Disponível em: https://issuu.com/institutopesquisaestudosafrobrasile/docs/jornal_quilombo_ano_i_n1?embed_cta=embed_badge&embed_context=embed&embed_domain=ipeafro.org.br&utm_medium=referral&utm_source=ipeafro.org.br&embed_id=2653076%2F31607574. Acesso em: 23 ago. 2022.

ROCHA, Andréa Pires. Direitos Humanos e a perversa convivência com o racismo: algumas reflexões para o Serviço Social. *In*: EURICO, Márcia Campos *et al.* **Questão Racial, Serviço Social e os Desafios Contemporâneos**. Campinas: Papel Social, 2021a. p. 65-78.

ROCHA, Andréa Pires. Direitos humanos e os determinantes da colonialidade: racismo, colonialismo e capitalismo. **Serviço Social em Debate**, v. 4, n. 1, 2021b.

XAVIER, Giovana. **Maria de Lourdes Vale Nascimento**: uma intelectual negra do pós-abolição. Niterói: Eduff, 2020.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço

social brasileiro na contemporaneidade. *In*: **SERVIÇO Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS; ABEPSS, 2009. p. 1-27.